



O EMPREENDEDORISMO FEMININO INFORMAL COMO ESTRATÉGIA DE MITIGAÇÃO DA FOME E DA POBREZA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS ZUNGUEIRAS DO LUBANGO EM 2025

INFORMAL FEMALE ENTREPRENEURSHIP AS A STRATEGY FOR MITIGATING HUNGER AND POVERTY: A CASE STUDY ON THE ZUNGUEIRAS OF LUBANGO IN 2025

Avís Gelson Ngueve Miguel ^{1*} ; Teresa João Mateus Hermenegildo ² 

¹ Instituto Superior Politécnico Evangélico do Lubango - ISPEL. Huíla-Angola. * E-mail: avismiguell@gmail.com

² Universidade Mandume Ya Ndemufayo. Huíla-Angola. E-mail: teusamateus@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo, insere-se no debate contemporâneo sobre o papel das mulheres na economia informal urbana angolana. Procurou compreender de que modo o empreendedorismo feminino informal, representado pelas zungueiras, contribui para a mitigação da fome e da pobreza no contexto socioeconómico do Lubango? Teve como objectivo geral analisar o impacto económico e social da actividade de zunga na melhoria das condições de vida das mulheres e suas famílias. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, com abordagem descritiva. A população foi constituída por todas as zungueiras do município do Lubango, e a amostra contou com 49 participantes, seleccionadas por amostragem aleatória simples. O instrumento de recolha de dados utilizado foi o questionário semiestruturado. Os resultados demonstram que a zunga é impulsionada pela falta de emprego formal e pela necessidade de sustentar a família, garantindo apenas parcialmente as necessidades

ABSTRACT

The present study is situated within the contemporary debate on the role of women in the urban informal economy of Angola. It sought to understand how informal female entrepreneurship, represented by the *zungueiras*, contributes to the mitigation of hunger and poverty in the socioeconomic context of Lubango. Its general objective was to analyze the economic and social impact of *zunga* activity on improving the living conditions of women and their families. This is quantitative research with a descriptive approach. The population consisted of all *zungueiras* in the municipality of Lubango, and the sample comprised 49 participants selected through simple random sampling. The data collection instrument used was a semi-structured questionnaire. The results show that *zunga* activity is driven by the lack of formal employment and the need to support the family, covering only part of their basic needs. The total absence of institutional support was



básicas. Verificou-se também a ausência total de apoio institucional, embora as participantes expressem orgulho e resiliência no exercício da actividade. Conclui-se que o empreendedorismo feminino informal constitui um pilar de sobrevivência e resistência económica, carecendo de políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino; Zungueiras; Pobreza; Fome; Lubango.

also observed, although participants expressed pride and resilience in performing their work. It is concluded that informal female entrepreneurship constitutes a vital pillar of survival and economic resilience, highlighting the urgent need for inclusive public policies.

Keywords: Female entrepreneurship; Zungueiras; Poverty; Hunger; Lubango.

Introdução

O fenómeno do empreendedorismo feminino informal tem assumido proporções crescentes no contexto global contemporâneo, revelando-se não apenas como uma expressão de sobrevivência económica, mas também como uma forma de resistência e empoderamento social. Em meio a um cenário mundial marcado por desigualdades estruturais, desemprego crónico e vulnerabilidades socioeconómicas agravadas por crises sucessivas - desde as financeiras até as sanitárias -, as mulheres têm desempenhado um papel central na reconstrução das economias locais por meio de actividades empreendedoras informais (Kabeer, 2023; Chen, 2022). Tais práticas, muitas vezes invisibilizadas pelos modelos clássicos de desenvolvimento, representam um tecido social pulsante que sustenta comunidades inteiras à margem das estatísticas oficiais.

Em cada esquina das grandes cidades angolanas, a voz das mulheres ecoa entre anúncios, risos e o peso diário das bacias equilibradas sobre as cabeças. Por trás dessa imagem, que à primeira vista pode parecer apenas parte da paisagem urbana, esconde-se uma das forças mais vitais das economias populares contemporâneas, o empreendedorismo feminino informal

Segundo Kabeer (2023), o empreendedorismo informal feminino, ainda que marginalizado nos indicadores macroeconómicos, ergue-se como um espaço de resistência e criação, um território simbólico em que o quotidiano se transforma em economia e o trabalho, em afirmação identitária. Essa realidade, cada vez mais estudada por economistas e sociólogos, revela o carácter ambíguo da informalidade, simultaneamente vulnerável e potente, excludente e libertadora. Como observam Amorim e Costa (2023), é nas margens

do sistema que as mulheres africanas constroem os alicerces invisíveis que sustentam as cidades, sustentando famílias, dinamizando mercados e tecendo laços de solidariedade em meio à incerteza.

Em Angola, esse fenómeno ganha contornos particularmente expressivos através das zungueiras, mulheres que se tornaram símbolo da força e da persistência feminina diante das transformações socioeconómicas do país. Desde o período pós-guerra, quando a reconstrução nacional requisitou novas formas de trabalho e sustento, a zunga emergiu como um espaço de reconstrução da vida, sobretudo nas periferias urbanas. Com seus passos ritmados pelas ruas, as zungueiras transportam não apenas produtos alimentares, mas também esperanças, histórias e o sustento de famílias inteiras. Como afirmam Santos e Domingos (2022), a zunga é uma escola de resiliência, onde o corpo e a rua dialogam numa coreografia de sobrevivência e coragem.

A cidade do Lubango, capital da província da Huíla, reflecte de forma viva esse mosaico humano e económico. Entre o dinamismo do comércio formal e a pulsação do mercado popular, as zungueiras compõem um tecido invisível, porém indispensável, à sustentação da economia local. No emaranhado de becos, praças e mercados improvisados, multiplicam-se trajetórias de mulheres que, mesmo à margem das políticas públicas, asseguram o pão de cada dia e mantêm viva a chama da dignidade. Ferreira (2024), sublinha que a economia informal é o espelho da economia real, aquela que pulsa do esforço diário das mulheres e resiste às estatísticas que a silenciam.

A escolha do tema justifica-se da urgência de dar visibilidade a uma realidade silenciosa, mas essencial à sustentação das famílias e à vitalidade económica angolana. Trata-se de reconhecer, sob um olhar científico e humano, o papel das mulheres que, entre a informalidade e a esperança, transformam a adversidade em meio de vida, e o espaço urbano em território de resistência.

Assim, para delimitar o estudo, elegeu-se a seguinte pergunta de partida: De que modo o empreendedorismo feminino informal, representado pelas zungueiras do Lubango, contribui para a mitigação da fome e da pobreza no contexto socioeconómico urbano angolano em 2025?



Hipótese₁: Empreendedorismo feminino informal desenvolvido pelas zungueiras do Lubango contribui significativamente para a redução da fome e da pobreza, por meio da geração de rendimentos que asseguram a subsistência familiar e fortalecem a segurança alimentar local;

Hipótese₂: A actuação das zungueiras constitui uma estratégia de resistência económica e social, permitindo às mulheres afirmarem-se como agentes de transformação nas comunidades urbanas, apesar da ausência de políticas públicas de apoio e da marginalização do sector informal.

Objectivo Geral: Analisar o empreendedorismo feminino informal como estratégia de mitigação da fome e da pobreza, tomando como estudo de caso as zungueiras do município do Lubango, em 2025.

Objectivos Específicos: Identificar as principais motivações socioeconómicas que levam as mulheres do Lubango a exercer a actividade de zunga como forma de sustento e autonomia financeira; Avaliar o impacto económico e social das práticas empreendedoras das zungueiras na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida das famílias inseridas na economia informal urbana.

Metodologia

Os procedimentos técnicos utilizados neste artigo foram a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Segundo Dias (2018), a pesquisa bibliográfica tem como objectivo proporcionar ao investigador um contacto directo com a totalidade das produções escritas acerca de um determinado tema, permitindo o seu aprofundamento e análise crítica. Trata-se, portanto, da etapa inicial de qualquer investigação científica.

O estudo de caso é apresentado por Martins e Theóphilo (2007), como a investigação empírica caracterizada por analisar fenómenos no seu contexto real em que o investigador não exerce controlo sobre as variáveis ou os acontecimentos observados. O estudo de caso, nesse sentido, constitui um método que permite uma imersão profunda na realidade social, favorecendo uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenómenos estudados.

Quanto a abordagem do estudo, utilizou-se a quantitativa. De acordo com Dias (2018), a pesquisa quantitativa utiliza a quantificação nas modalidades de colecta de dados e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas.

Em relação aos objectivos, esse estudo foi caracterizado como descritivo. Segundo Lakatos e Marconi (2016), este estudo procura medir, avaliar e recolher dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenómeno a ser desenvolvido.

Quanto aos métodos, utilizou-se o método de análise e síntese: este método ajudou na sintetização dos conteúdos que foram colhidos; Método dedutivo: com base nesse método, foi possível compreender questões desenvolvidas na literatura para melhor analisar a abordagem em questão sobretudo quando olha-se para a abordagem teórica sobre o empreendedorismo feminino informal; Método estatístico: este método auxiliou no processamento e no tratamento das informações obtidas através dos inquéritos por questionário aplicados à amostra seleccionada; Questionário: foi utilizado partindo de um modelo de questões entre os pesquisadores e as pesquisadas, no sentido de apurar o objecto em estudo.

Fundamentação teórica

O empreendedorismo e a economia informal: conceitos e abordagens

O empreendedorismo, mais do que uma expressão económica, é uma metáfora viva da capacidade humana de criar caminhos em meio às adversidades. Desde as formulações de Schumpeter (1934), que o definiu como o impulso inovador capaz de romper o equilíbrio do mercado, até às leituras sociológicas contemporâneas que o compreendem como prática social, o conceito evoluiu e ampliou-se para além da esfera empresarial. No contexto actual, empreender é, sobretudo, um acto de imaginação e reconstrução, um modo de reinventar o quotidiano e atribuir sentido à própria sobrevivência. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades, o empreendedorismo adquire contornos de resistência, tornando-se o fio invisível que une o esforço individual ao tecido social da colectividade.

Nos países em desenvolvimento, como Angola, o empreendedorismo não se apresenta como escolha, mas como necessidade. Kabeer (2023), observa que, quando as estruturas económicas formais não absorvem a força de trabalho, a criatividade torna-se o recurso mais acessível e, por vezes, o único. É nesse espaço que nasce a economia informal



- um sistema vibrante e invisível que, embora fora dos marcos legais, garante o sustento de milhões de famílias. Chen (2022) descreve a economia informal como a espinha dorsal da sobrevivência urbana, uma arena de produção e troca onde se conjugam esforço, vulnerabilidade e engenho. Longe de representar desordem, ela traduz a persistência de uma racionalidade popular que se organiza à margem, mas nunca à parte, das dinâmicas oficiais do mercado.

A economia informal, de modo geral, abrange todas as actividades económicas realizadas sem reconhecimento ou regulamentação formal pelo Estado, mas não necessariamente ilegais. É um espaço de improviso e autonomia, sustentado por lógicas de confiança, reciprocidade e trabalho partilhado. Hart (1973), que cunhou o termo, demonstrou que a informalidade não é um fenómeno marginal, mas estrutural, compondo a base económica das nações em desenvolvimento. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), reforça essa ideia ao apontar que mais de 40% da força de trabalho africana atua nesse sector, e que em países como Angola essa taxa ultrapassa 50%, com predomínio feminino (INE, 2023). Esses dados revelam que a informalidade é mais do que ausência de regulação, é, em muitos casos, o próprio alicerce da economia real.

No entanto, compreender o empreendedorismo informal apenas em termos estatísticos seria empobrecer a sua dimensão humana. Para Amorim e Costa (2023), o ato de empreender nas margens da economia formal é também uma forma de reconstrução simbólica, um gesto que combina necessidade e dignidade, carência e criatividade. O empreendedor informal, ao reinventar o seu espaço de trabalho, transforma-se em protagonista de uma história que não se escreve nos gabinetes nem nas planilhas oficiais, mas nas ruas, nas feiras e nos mercados abertos. Muanza (2024), acrescenta que, nas sociedades africanas, o empreendedorismo informal é simultaneamente económico e comunitário, sustentado por vínculos afectivos, solidariedade intergeracional e valores de pertença.

Dessa forma, o empreendedorismo e a economia informal não devem ser vistos como expressões de atraso, mas como estratégias de reinvenção humana e social. Cada actividade informal é, em si mesma, uma narrativa de resistência, um testemunho de que a vida insiste em florescer mesmo nos solos áridos da exclusão. Assim, longe de ser uma patologia do

sistema, a economia informal é o seu coração pulsante, um espaço onde a dignidade se reergue todos os dias, uma venda, uma palavra e uma bacia de produtos de cada vez.

O empreendedorismo feminino: identidade, autonomia e resistência social

O empreendedorismo feminino emergiu, nas últimas décadas, como um campo fértil de estudo e de transformação social, revelando-se mais do que uma simples actividade económica, um território de construção de identidade, de reinvenção e de resistência. Em sociedades marcadas por desigualdades históricas e assimetrias de género, as mulheres têm desafiado estruturas sociais e culturais ao assumirem papéis protagonistas na economia, sobretudo no sector informal, onde a sobrevivência se entrelaça com o desejo de autonomia. Segundo Hisrich *et al.* (2020), o empreendedorismo feminino ultrapassa a dimensão produtiva e assume um carácter social e simbólico, pois expressa a capacidade das mulheres de criar valor em contextos adversos, redefinindo o sentido de poder e pertença.

Em Angola, o fenómeno do empreendedorismo feminino adquire contornos próprios, profundamente enraizados na história da luta pela sobrevivência e pela dignidade. A mulher angolana, especialmente nas zonas urbanas como o Lubango, tem transformado o espaço público num palco de resistência e criação. Para Ngueve (2023), as zungueiras representam a síntese da força feminina angolana, pois nelas se condensam as dimensões de provedora, educadora e agente económica invisível. Essas mulheres, que todos os dias cruzam ruas e mercados com os seus produtos à cabeça, não apenas comercializam bens, elas movimentam afectos, histórias e sonhos - são pontes entre a economia formal e a subsistência doméstica.

A relação entre identidade e autonomia manifesta-se no modo como essas mulheres constroem uma auto-imagem de resiliência e competência, mesmo diante da precariedade. Estudos de Kabeer (2023), evidenciam que o empreendedorismo feminino é impulsionado por um desejo de realização pessoal e de emancipação económica, frequentemente associado à necessidade de conciliar o papel de mãe, provedora e cidadã. Essa dinâmica é também observada por Cangombe (2024), ao afirmar que o acto de empreender, para a mulher angolana, é um gesto político silencioso, um modo de ocupar o espaço público sem pedir permissão, reinventando o lugar da mulher na economia e na cultura.

Por outro lado, o empreendedorismo feminino é igualmente um ato de resistência social diante das desigualdades estruturais que persistem nos contextos africanos. As



zungueiras, ao criarem redes de solidariedade e apoio mútuo, reinventam o tecido social urbano, tornando-se catalisadoras de uma nova economia da partilha. Conforme Moser (2021), em contextos de vulnerabilidade, o empreendedorismo de mulheres torna-se uma resposta colectiva à exclusão e uma estratégia para redefinir o significado de trabalho e dignidade. Assim, a resistência das zungueiras não se traduz apenas em enfrentamento económico, mas também em afirmação identitária e cultural.

Dessa forma, o empreendedorismo feminino, sobretudo em seu formato informal, deve ser compreendido como um fenómeno multidimensional, simultaneamente económico, social e simbólico. Ele revela as contradições de uma sociedade em transição, onde a mulher luta por reconhecimento num sistema que historicamente a tornou invisível. As zungueiras do Lubango, ao assumirem o controlo do seu trabalho e das suas trajectórias, afirmam um novo paradigma de protagonismo feminino, em que a sobrevivência se transforma em criação, e o quotidiano em resistência.

O empreendedorismo informal: desafios, potencialidades e contradições sociais

O empreendedorismo informal constitui um dos fenómenos mais expressivos das economias africanas contemporâneas, emergindo como resposta à insuficiência de oportunidades formais e à precariedade das políticas públicas de emprego. Em contextos marcados pela desigualdade e pela volatilidade económica, o sector informal revela-se simultaneamente um refúgio e uma arena de luta, onde os indivíduos reinventam a sua sobrevivência e constroem alternativas à marginalização institucional. Segundo Tchimbanda (2024, p.26), a informalidade não deve ser vista apenas como desvio da economia formal, mas como “uma expressão legítima de adaptação social e económica diante da ausência de estruturas inclusivas de trabalho”.

Em Angola, o crescimento do empreendedorismo informal é um reflexo directo da crise de empregabilidade e das fragilidades do Estado em assegurar um mercado de trabalho capaz de absorver a força laboral disponível. Conforme observa Santos (2023), o sector informal tornou-se um espaço de refúgio, criatividade e resiliência, principalmente para mulheres e jovens que, impedidos de ter acesso a empregos formais, encontram nas ruas e mercados uma forma de participação económica. Esse fenómeno manifesta-se de maneira eloquente nas zungueiras do Lubango, cuja actividade diária traduz não apenas um exercício

económico, mas também uma reconfiguração das relações sociais e de género no espaço urbano.

Contudo, a informalidade está impregnada de contradições estruturais. De um lado, ela constitui um motor de dinamização económica e de geração de rendimento, de outro, mantém os trabalhadores à margem da protecção social, sem acesso a direitos laborais, segurança financeira ou reconhecimento institucional. Para De Batista (2023), a informalidade é uma economia invisível que sustenta os alicerces das sociedades em desenvolvimento, mas cuja invisibilidade perpetua a exclusão. As zungueiras, nesse sentido, vivem o paradoxo de serem indispensáveis para a circulação de bens e alimentos, mas invisíveis nas estatísticas formais e nos programas de apoio económico.

Ainda assim, o empreendedorismo informal carrega uma notável potencialidade transformadora, especialmente quando associado à capacidade criativa e à solidariedade comunitária. De acordo com Hart (1973), pioneiro nos estudos sobre a economia informal, essa modalidade de trabalho é um laboratório de inovação social, onde emergem práticas de cooperação, partilha e reinvenção de identidades. No caso angolano, Chivonde (2023), destaca que o comércio informal feminino não apenas alimenta economias domésticas, mas também sustenta redes de apoio entre mulheres, reforçando laços sociais e construindo uma ética de sobrevivência colectiva.

Essas dinâmicas revelam que a informalidade não pode ser compreendida apenas como ausência de formalização, mas como uma estratégia social complexa, onde coexistem vulnerabilidade e potência, precariedade e autonomia. No caso das zungueiras, essa dualidade assume contornos humanos e simbólicos, elas representam uma economia que pulsa à margem, mas que sustenta o coração da cidade. São simultaneamente vítimas e protagonistas, invisíveis e indispensáveis, metáforas vivas de uma sociedade em reconstrução. Assim, compreender o empreendedorismo informal é compreender a alma económica e social de Angola, onde a luta pela sobrevivência se converte, todos os dias, em acto de criação e esperança.

O papel das zungueiras na economia urbana e na sustentabilidade familiar

As zungueiras, figuras emblemáticas das ruas angolanas, constituem hoje um dos pilares mais dinâmicos e invisíveis da economia urbana. A sua presença quotidiana nos



mercados, praças e avenidas do Lubango revela um sistema económico silencioso, mas vital, que sustenta a circulação de alimentos, bens e serviços essenciais. Longe de serem apenas vendedoras ambulantes, as zungueiras representam a força vital de uma economia paralela que alimenta cidades inteiras. Conforme destaca Mbala (2022, p.23), “a economia angolana sobrevive, em grande parte, graças às mulheres que, com a bacia à cabeça e o filho às costas, tecem diariamente as linhas da sobrevivência colectiva”. O gesto de zungar transcende o acto de vender, é um gesto de continuidade da vida, um modo de estar no mundo que combina sacrifício, coragem e pertença.

O contributo das zungueiras à economia urbana ultrapassa o mero campo da subsistência individual, configurando-se como uma estrutura informal de abastecimento e redistribuição de bens. Segundo Moser (2021), os circuitos comerciais informais criados por mulheres em contextos africanos urbanos desempenham um papel crucial na estabilidade social, mitigando as carências do mercado formal e preenchendo lacunas deixadas pelas políticas económicas. No Lubango, essas mulheres tornam-se mediadoras entre os produtores rurais e os consumidores urbanos, dinamizando fluxos económicos locais e fortalecendo micro-redes de comércio. Essa função de mediação confere-lhes um protagonismo económico muitas vezes ignorado, mas que é indispensável para o equilíbrio das economias domésticas e comunitárias.

Para além da dimensão económica, o papel das zungueiras está intimamente ligado à sustentabilidade familiar, pois a renda proveniente da zunga constitui, para muitas famílias, a principal ou única fonte de sustento. De acordo com Lopes (2023, p.31), “a mulher zungueira carrega às costas o peso simbólico da família, transformando o espaço público no prolongamento do lar”. Ela gere com engenho o pouco que ganha, assegurando alimentação, educação e saúde aos filhos, e reconstruindo diariamente a dignidade familiar. Assim, o comércio ambulante feminino, longe de ser apenas um meio de sobrevivência, é também um espaço de exercício de amor e responsabilidade, onde a economia se entrelaça com a ética do cuidado.

Entretanto, essa contribuição é marcada por profundas contradições sociais. Embora sejam agentes económicas indispensáveis, as zungueiras enfrentam condições de trabalho precárias, discriminação institucional e ausência de reconhecimento legal. Segundo UN Women (2022), mais de 70% das mulheres no sector informal africano trabalham sem acesso

à protecção social, à segurança ou a políticas de crédito e formação. Em Angola, Cangombe (2024), observa que a invisibilidade estrutural das zungueiras revela um padrão de exclusão histórica, no qual a mulher trabalhadora é simultaneamente necessária e marginalizada. Apesar disso, a sua resistência quotidiana transforma a vulnerabilidade em potência, e o imprevisto em arte de sobrevivência.

Dessa forma, as zungueiras não são apenas agentes económicas, mas arquitectas da sustentabilidade social e moral das suas comunidades. Elas traduzem, em gestos concretos, a capacidade de reconstruir a vida em meio à adversidade, conferindo um novo significado ao conceito de empreendedorismo. A sua actuação reflecte uma sabedoria ancestral que combina o trabalho, o cuidado e a solidariedade como fundamentos de uma economia humanizada. Nas ruas do Lubango, cada zungueira é a encarnação de uma economia viva - não estatística, mas pulsante -, onde o trabalho é, ao mesmo tempo, resistência e poesia social.

Desafios e perspectivas do empreendedorismo feminino informal em Angola

O empreendedorismo feminino informal em Angola constitui uma das expressões mais autênticas da luta pela sobrevivência e pela dignidade, mas também um dos espaços onde se evidenciam as fragilidades estruturais do país. Embora as mulheres, sobretudo as zungueiras, desempenhem um papel essencial na dinamização da economia e na sustentação das famílias, enfrentam diariamente um conjunto de desafios sistémicos que limitam o pleno exercício da sua autonomia económica e social. De acordo com Batista (2023), o maior obstáculo ao desenvolvimento do empreendedorismo feminino reside na falta de políticas públicas integradas que reconheçam e valorizem o trabalho informal como parte legítima da economia nacional. A ausência de apoio institucional traduz-se em insegurança, precariedade e invisibilidade.

Entre os principais desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras destacam-se a falta de acesso ao crédito e à formação profissional, a inexistência de segurança social e a vulnerabilidade jurídica perante as autoridades municipais. Muitas zungueiras são alvo de perseguições, apreensão de mercadorias e discriminação simbólica, o que reforça o ciclo de exclusão que as empurra para a margem da economia formal. Conforme sublinha Kiggundu (2021), em contextos africanos pós-coloniais, o empreendedorismo feminino é



marcado por uma dupla invisibilidade, as mulheres são invisíveis enquanto agentes económicos e também enquanto cidadãs portadoras de direitos. Em Angola, essa invisibilidade é agravada pela fragilidade das infra-estruturas urbanas, pela informalidade das redes de distribuição e pela ausência de políticas específicas para o sector.

Contudo, apesar desses entraves, o empreendedorismo feminino informal revela extraordinárias potencialidades de transformação social. As mulheres que integram esse segmento não são apenas sobreviventes, mas inovadoras que reconfiguram o espaço económico e cultural angolano. Segundo GEM Angola (2024), cerca de 60% das mulheres adultas estão envolvidas em algum tipo de actividade empreendedora informal, e muitas delas têm desenvolvido estratégias cooperativas e redes de solidariedade que fortalecem o tecido social urbano. Essa força silenciosa é o que Amaral (2022), chama de economia da esperança - um modelo económico baseado na criatividade, na partilha e na fé no quotidiano, que permite transformar a necessidade em oportunidade.

As perspectivas de fortalecimento do empreendedorismo feminino informal em Angola exigem, contudo, uma mudança paradigmática nas políticas públicas. É imprescindível reconhecer o sector informal como espaço legítimo de produção e inovação, e não apenas como uma zona de excepção ou desordem. Para Morna (2023), a integração das mulheres empreendedoras em programas de microcrédito, capacitação e protecção social é essencial para romper o ciclo da pobreza urbana e promover uma economia mais inclusiva e humanizada. Nesse sentido, políticas que incentivem o acesso ao financiamento, a formalização simplificada e o apoio técnico podem transformar o trabalho informal num motor de desenvolvimento sustentável.

Em última análise, o futuro do empreendedorismo feminino em Angola depende da capacidade do Estado e da sociedade de reconhecer a centralidade da mulher na economia nacional. As zungueiras, ao ocuparem o espaço público com dignidade e persistência, denunciam a ausência de políticas eficazes, mas também anunciam uma nova economia - mais solidária, mais comunitária e mais humana. Como afirma Tchimbanda (2024, p.26), “a mulher angolana é o rosto da resistência económica e o coração pulsante da reconstrução social”. Assim, a superação dos desafios que as cercam não é apenas uma questão de justiça económica, mas de reconhecimento histórico, reconhecer nas zungueiras e nas

empreendedoras informais o verdadeiro motor de um país que se refaz, dia após dia, pela força das suas mulheres.

Resultados e Discussão

Os dados obtidos foram organizados, distribuídos e apresentados em tabelas, feitos no programa Microsoft Excel em Windows 2017. A análise e discussão foram feitas nos dados descritos nas tabelas. Para o tratamento de dados foram calculadas as suas subunidades em percentagem segundo a regra dos três simples para significância estatística.

A população alvo deste artigo é composta por todas as zungueiras que exercem actividade comercial informal no município de Lubango. No entanto, devido à inexistência de dados oficiais que indiquem o número exacto de zungueiras, não foi possível determinar a dimensão total dessa população. Por essa razão, optou-se pela utilização de uma amostra composta por 49 zungueiras dos Lubango, seleccionadas por amostragem probabilística aleatória simples. Assim, as conclusões apresentadas neste estudo referem-se especificamente ao grupo analisado e não devem ser generalizadas para a totalidade das zungueiras. E por questões de ética e sigilo, a identidade delas não foi revelada.

Tabela 1-Representação da amostra em relação aos dados sociodemográficos

Designação	Variáveis	Frequências	Percentagens
Faixa etária	< 20 anos	4	8,16%
	20 - 29 anos	34	69,39%
	30 - 39 anos	9	18,37%
	> 39 anos	2	4,08%
Total		49	100%
Estado civil	Solteira	16	32,65%
	Casada/União de facto	19	38,78%
	Divorciada/Separada	9	18,37%
	Viúva	5	10,20%
Total		49	100%
Nível académico	Sem escolaridade	0	0%
	Ensino Primário	20	40,82%
	Ensino Secundário	17	34,69%
	Ensino Médio	12	24,49%
	Ensino Superior	0	0%
Total		49	100%
Filhos sob tutela	Nenhum	4	8,16%
	1 a 2 filhos	8	16,33%
	3 a 4 filhos	33	67,35%
	5 ou mais filhos	4	8,16%



Total		49	100%
Tempo na Zunga	< 1 ano	4	8,16%
	1 - 3 anos	10	20,41%
	4 - 6 anos	23	46,94%
	> 6 anos	12	24,49%
Total		49	100%

Fonte: Elaboração Própria.

A análise dos dados sociodemográficos apresentados na Tabela 1 revela um perfil marcadamente jovem das zungueiras inquiridas, com predominância da faixa etária entre 20 e 29 anos (69,39%), evidenciando que o empreendedorismo informal é uma alternativa económica assumida sobretudo por mulheres em idade produtiva, que buscam garantir a própria subsistência e a de suas famílias. A maioria encontra-se casada ou em união de facto (38,78%), o que sugere a presença de responsabilidades partilhadas, ainda que frequentemente recaia sobre elas o sustento familiar.

Quanto ao nível académico, observa-se um quadro de baixa escolaridade, em que (40,82%) das participantes possuem apenas o Ensino Primário, (34,69%) o Ensino Secundário e (24,49%) o Ensino Médio. Nenhuma possui formação superior, o que limita o acesso ao emprego formal e reforça a informalidade como espaço de sobrevivência e expressão económica. Esse dado corrobora a leitura de que a zunga se constitui num campo de inclusão produtiva para mulheres com restritas oportunidades educativas e profissionais.

A dimensão familiar evidencia-se como elemento central: (67,35%) das zungueiras têm entre 3 a 4 filhos sob tutela, o que reforça o papel materno como força motriz do trabalho quotidiano e a necessidade de conciliar o cuidado doméstico com a busca por rendimentos. Por fim, o tempo de permanência na actividade indica relativa estabilidade e experiência: (46,94%) atuam entre 4 e 6 anos, e (24,49%) há mais de 6 anos, demonstrando que a zunga não é apenas uma prática temporária, mas um modo de vida consolidado, sustentado pela resiliência, pela aprendizagem empírica e pela capacidade adaptativa dessas mulheres diante das adversidades económicas e sociais do contexto urbano do Lubango.

Tabela 2 - Questão número 1: Qual é a principal motivação que a levou a exercer a actividade de zunga?

Respostas	n	%
Falta de emprego formal	26	53,06
Sustento dos filhos e da família	23	46,94

Desejo de independência financeira	0	0
Tradição ou influência familiar	0	0

Os resultados da Tabela 2 evidenciam que as motivações centrais para o exercício da actividade de zunga entre as mulheres do Lubango estão profundamente enraizadas nas condições estruturais de desemprego e vulnerabilidade económica. Mais da metade das inquiridas (53,06%) apontam a falta de emprego formal como principal razão, enquanto (46,94%) referem o sustento dos filhos e da família. A ausência de respostas relacionadas ao desejo de independência financeira ou à tradição familiar revela que a zunga é, antes de tudo, uma estratégia de sobrevivência e não uma escolha por vocação empreendedora.

Estes resultados convergem com as constatações de Ngueve (2023), em estudo realizado em Luanda sobre as vendedoras informais do Mercado do São Paulo, o qual demonstrou que o desemprego juvenil e feminino constitui o principal impulsionador do comércio informal, reforçando a ideia de que o empreendedorismo de subsistência surge como resposta às falhas do sistema económico formal. De modo semelhante, Lemos e Nhavoto (2022), ao analisarem as mulheres comerciantes de rua em Maputo, verificaram que o ingresso no sector informal decorre da inexistência de alternativas laborais e da pressão familiar, sendo a actividade uma extensão das responsabilidades domésticas femininas - uma constatação que ecoa o perfil das zungueiras lubanguenses.

No contexto brasileiro, Silva e Nascimento (2021), em pesquisa sobre o trabalho das ambulantes em Salvador, identificaram o mesmo padrão de motivação, a informalidade como última fronteira de resistência económica, movida pela urgência de garantir o alimento e o sustento dos dependentes. Esses estudos, embora desenvolvidos em realidades distintas, convergem na compreensão de que o empreendedorismo feminino informal se ergue como uma forma de autoprotecção social diante da precarização do trabalho e da exclusão do mercado formal, onde a sobrevivência se torna um acto de coragem e reinvenção quotidiana.

Dessa forma, as zungueiras do Lubango inscrevem-se num fenómeno mais amplo que atravessa fronteiras africanas e latino-americanas, simbolizando a força do feminino como eixo de resistência económica em contextos de desigualdade, onde o trabalho informal é mais do que um meio de sustento, é uma afirmação silenciosa de dignidade e persistência.

Tabela 3 - Questão número 2: O rendimento obtido com a zunga é suficiente para garantir as necessidades básicas da sua família (alimentação, educação, saúde)?



Respostas	n	%
Sim, cobre todas as necessidades	0	0
Cobre parcialmente	19	38,78
Cobre muito pouco	23	46,94
Não cobre	07	14,29

Os dados da Tabela 3 evidenciam que o rendimento obtido com a zunga permanece insuficiente para assegurar uma vida digna às mulheres e suas famílias. Nenhuma das inquiridas afirmou que o ganho cobre integralmente as necessidades básicas, e quase metade (46,94%) reconhece que ele “cobre muito pouco”, enquanto (38,78%) dizem que apenas “cobre parcialmente”. Essa constatação traduz o carácter de sobrevivência que marca a actividade das zungueiras: o trabalho que alimenta o dia presente, mas não garante o dia seguinte. A zunga, assim, revela-se como um espaço de resistência e não de prosperidade, um gesto de luta silenciosa contra a fome que se renova a cada amanhecer nas ruas do Lubango.

Em Angola, Ferreira (2023), observa realidade semelhante ao analisar as zungueiras de Benguela, cujos rendimentos diários variáveis mal sustentam o consumo alimentar das famílias, perpetuando a instabilidade económica e a dependência da informalidade. Situação comparável foi identificada em Moçambique por Machado e Cossa (2022), que descrevem as vendedoras de rua de Maputo como mulheres que vivem entre o esforço e o esgotamento, porque o que ganham cobre apenas as necessidades imediatas, sem margem para educação ou saúde. Esses estudos reforçam que, embora o trabalho informal represente um pilar de sobrevivência, ele não proporciona mobilidade social nem rompe o ciclo da pobreza.

As zungueiras do Lubango, tal como as vendedoras de rua de Maputo, são protagonistas de uma economia invisível que sustenta a cidade e, ao mesmo tempo, revela suas fissuras sociais. Em cada cesto equilibrado sobre a cabeça, transportam mais do que mercadorias - carregam o peso da desigualdade, a esperança persistente e o instinto de sobrevivência que transforma a precariedade em dignidade vivida.

Tabela 4 - Questão número 3: Na sua opinião, a actividade de zungueira ajuda a reduzir a fome e a pobreza na sua comunidade?

Respostas	n	%
Sim, de forma significativa	0	0
Sim, mas ainda de forma limitada	38	77,55
Não tem grande impacto	11	22,45

Não sei responder	0	0
-------------------	---	---

Os resultados da Tabela 4 revelam uma percepção lúcida e crítica das próprias zungueiras acerca do papel que desempenham na comunidade. A ampla maioria (77,55%) reconhece que a sua actividade contribui para reduzir a fome e a pobreza, embora ainda de forma limitada, enquanto (22,45%) afirmam que não há grande impacto. Essa autopercepção demonstra consciência social e realismo económico, as zungueiras sabem que o seu esforço diário ameniza a escassez imediata, mas não é suficiente para transformar estruturalmente a realidade da pobreza. A zunga aparece, assim, como um acto de resistência quotidiana, que alimenta corpos e esperanças, sem contudo alterar as bases desiguais que sustentam o tecido social urbano.

O estudo conduzido por Santos (2023), em Luanda, reconhece semelhante leitura entre as zungueiras, que vêem na sua actividade uma forma de manter a fome à distância, mas não um caminho para a mobilidade económica. De igual modo, Mabote (2022), ao investigar as mulheres empreendedoras informais em Maputo, conclui que o impacto social do seu trabalho é real, porém frágil, pois depende da capacidade individual e não de políticas públicas estruturantes. Já Costa e Almeida (2021), em pesquisa realizada em Salvador (Brasil), descrevem fenómeno semelhante entre as trabalhadoras informais do centro urbano, o trabalho feminino sustenta comunidades inteiras, mas raramente se converte em melhoria substancial de qualidade de vida.

Deste modo, as zungueiras do Lubango inserem-se num panorama mais amplo em que o empreendedorismo feminino informal atua como tampão das desigualdades, sem conseguir revertê-las. Sua contribuição é vital - reduz a fome, mantém as crianças na escola e dinamiza pequenas economias locais -, mas opera dentro dos limites impostos pela ausência de apoio institucional e pela precarização das condições de trabalho. Ainda assim, cada venda feita nas ruas lubanguenses traduz um gesto de dignidade e um ato de reconstrução silenciosa da vida, no qual a mulher se faz ponte entre a carência e a esperança.

Tabela 5 - Questão número 4: Quais os principais desafios que enfrenta no exercício da sua actividade? (Pode escolher mais de uma opções)

Respostas	n	%
Falta de capital para reinvestir	48	97,96
Perseguição ou apreensão pelas autoridades	49	100
Insegurança e riscos nas ruas	23	46,94



Falta de local fixo para vender	22	44,90
Doenças, fadiga ou sobrecarga familiar	49	100

Os resultados apresentados na Tabela 5 revelam a dureza e a complexidade das condições que moldam a vida das zungueiras, cuja luta quotidiana se desenrola entre a sobrevivência e a resistência. As dificuldades relatadas - falta de capital (97,96%), perseguição pelas autoridades (100%), doenças e fadiga (100%) - configuram um quadro de exclusão que ultrapassa o campo económico, atingindo dimensões sociais e humanas profundas. A zunga, que poderia ser uma via legítima de sustento e autonomia, torna-se, muitas vezes, um espaço de vulnerabilidade. Segundo Ngueve (2023), em Luanda, a instabilidade financeira e a ausência de políticas inclusivas transformam o comércio informal numa arena de resistência feminina, onde o corpo da mulher é simultaneamente força de produção e alvo de opressão institucional.

Em Moçambique, estudo realizado por Siteo (2021), demonstra que as vendedoras ambulantes enfrentam desafios semelhantes, especialmente no que concerne à falta de segurança e ao assédio urbano. A autora observa que, apesar do seu papel indispensável na economia popular, essas mulheres raramente são reconhecidas como trabalhadoras legítimas. Essa realidade as coloca numa espécie de limbo social, em que o esforço não se traduz em valorização ou protecção.

No contexto brasileiro, Silva e Moura (2023), constataam que as trabalhadoras do comércio informal urbano partilham essa mesma sensação de precariedade, marcada pela ausência de políticas públicas efectivas e pela sobrecarga física e emocional. Ainda que desempenhem um papel essencial na sustentação doméstica e no abastecimento local, enfrentam discriminação e instabilidade. Essa convergência de realidades entre Angola, Moçambique e Brasil reforça uma verdade incontornável, a persistência do informal como espaço de resistência feminina, onde as mulheres transformam adversidades em possibilidade de existência, mesmo que à custa da própria saúde e dignidade.

Tabela 6 - Questão número 5: Alguma instituição (governo, ONG, associação, igreja) já ofereceu apoio para melhorar a sua actividade?

Respostas	n	%
Sim	0	0
Não	49	100

Os dados da Tabela 6 são contundentes e reveladores, nenhuma das zungueiras inquiridas recebeu qualquer tipo de apoio institucional - seja do governo, de organizações não-governamentais, associações ou igrejas - para melhorar a sua actividade. Os (100%) de respostas negativas traduzem não apenas a ausência de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo informal feminino, mas também o silêncio institucional diante de um fenómeno social que sustenta a economia urbana de forma invisível. Essa omissão evidencia a distância entre o discurso sobre inclusão económica e a prática concreta de promoção da equidade e do desenvolvimento local.

Na pesquisa de Chilombo (2023), realizada em Luanda, observou que as iniciativas governamentais voltadas ao micro empreendedorismo feminino permanecem incipientes e burocraticamente inacessíveis, o que exclui as mulheres com baixa escolaridade e limita o alcance das políticas de empoderamento. De forma semelhante, Muanandeké e João (2022), ao analisarem as feirantes de Huambo, demonstraram que o apoio institucional raramente chega às bases da economia informal, criando um vazio de assistência técnica, financeira e social. Em Moçambique, Siteo (2021), constatou realidade análoga entre as vendedoras de rua de Beira, que sobrevivem à margem de qualquer programa de crédito ou capacitação, sustentadas apenas pela força da solidariedade feminina e da experiência empírica.

Esses estudos, articulados aos dados do Lubango, revelam que as zungueiras representam um segmento invisibilizado nas agendas públicas, apesar de sua contribuição vital para o combate à fome, à pobreza e ao desemprego. A ausência de apoio institucional perpetua um ciclo de vulnerabilidade que impede a profissionalização da actividade e reduz as possibilidades de crescimento económico. Ainda assim, essas mulheres continuam a resistir, transformando o quotidiano em palco de luta e dignidade - um testemunho vivo de que, mesmo sem políticas, há nas ruas do Lubango um empreendedorismo que nasce da necessidade, mas floresce da coragem.

Tabela 7 - Questão número 6: Como se sente em relação ao seu papel como zungueira?

Respostas	n	%
Orgulhosa, por sustentar a família	41	83,67
Cansada, mas determinada	8	16,33
Desvalorizada pela sociedade	0	0
Indiferente	0	0

A leitura da Tabela 7 revela um dado profundamente humano e simbólico, a imensa maioria das zungueiras (83,67%) sente orgulho pelo papel que desempenha ao sustentar a família, enquanto (16,33%) afirmam sentir-se cansadas, mas determinadas. Nenhuma delas declarou sentir-se desvalorizada ou indiferente, o que traduz uma consciência de dignidade e propósito, mesmo em meio à precariedade e à invisibilidade social. Esse orgulho não decorre apenas do acto de vender, mas da certeza de que o seu esforço diário representa a diferença entre a escassez e o alimento, entre a dependência e a autonomia mínima conquistada.

Paulo (2023), na sua pesquisa realizada em Luanda, observou que a maioria das vendedoras informais associa a sua actividade a uma missão materna e social, sustentando que trabalhar é dignificar a casa e alimentar a esperança. Do mesmo modo, Nhantumbo (2022), ao estudar as comerciantes de rua em Maputo, sublinha que, mesmo diante da exaustão física e da instabilidade financeira, essas mulheres encontram no trabalho um sentido de valor pessoal e reconhecimento interno, sustentado pela consciência do dever cumprido. Já Lopes e Carvalho (2021), em pesquisa sobre as ambulantes brasileiras, reforçam que a auto-estima e o orgulho feminino emergem como formas de resistência simbólica, desafiando o estigma social que recai sobre o trabalho informal.

Assim, as zungueiras do Lubango personificam o rosto resiliente do empreendedorismo feminino popular, mulheres que, mesmo exaustas, caminham com altivez entre as ruas, carregando nas mãos o peso da economia invisível e no olhar a esperança de um futuro melhor para os filhos. O orgulho que expressam é, simultaneamente, uma forma de reconhecimento e de resistência, um modo de afirmar que, apesar da marginalização estrutural, continuam a ser o coração que alimenta a cidade.

Tabela 8 - Questão número 7: O que considera mais importante para melhorar a vida das zungueiras e o impacto do seu trabalho? (Pode escolher mais de uma opção)

Respostas	n	%
Acesso a crédito e microfinanciamento	49	100
Formação profissional e gestão de negócios	48	97,96
Melhores condições de segurança e infra-estruturas	33	67,35
Apoio social e políticas de inclusão	48	97,96

Os dados apresentados na Tabela 8 revelam uma consciência colectiva profundamente enraizada entre as zungueiras quanto às condições estruturais que limitam o

seu potencial económico e social. Todas as inquiridas (100%) apontaram o acesso a crédito e microfinanciamento como factor essencial para a melhoria da sua vida e fortalecimento das suas actividades, o que reflecte a ausência de políticas inclusivas de apoio financeiro voltadas ao empreendedorismo informal. Este dado converge com as conclusões de Nhantumbo (2022), em Moçambique, que sublinha que a falta de acesso ao crédito formal mantém as mulheres vendedoras em um ciclo de dependência e vulnerabilidade, onde o esforço individual raramente se traduz em mobilidade social.

Além disso, a maioria das entrevistadas (97,96%) reconhece a importância da formação profissional e da capacitação em gestão de negócios, bem como de políticas de inclusão social. Essa consciência revela uma vontade de emancipação através do conhecimento, semelhante ao que se observou na pesquisa de Lopes e Carvalho (2021), no Brasil, onde mulheres em contextos de economia informal consideraram a educação financeira uma ferramenta de libertação e dignidade. Essa busca por autonomia intelectual e técnica é, portanto, um ato de resistência silenciosa frente a um sistema económico que historicamente as marginaliza.

Por outro lado, (67,35%) das participantes destacaram a necessidade de melhores condições de segurança e infra-estruturas, demonstrando que o trabalho da zunga não se limita à dimensão económica, mas envolve também aspectos físicos e emocionais. Situação similar é descrita por Chilala (2023), em Angola, ao enfatizar que as zungueiras, além de sustentar suas famílias, enfrentam riscos constantes nas ruas sem protecção laboral ou reconhecimento jurídico. Assim, os dados indicam que o fortalecimento dessa actividade exige uma abordagem integrada - que una políticas públicas, microcrédito, formação e reconhecimento social - para que o esforço individual dessas mulheres se traduza em desenvolvimento sustentável e humano.

Conclusões

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa evidenciaram, de forma consistente, que a actividade de zunga no contexto urbano do Lubango constitui muito mais do que uma simples alternativa de sobrevivência, trata-se de um verdadeiro mecanismo de resistência e de manutenção da vida. As respostas das participantes revelaram que a maioria ingressou nesse trabalho em razão da falta de oportunidades formais de emprego e da necessidade de



sustentar os filhos e a família, confirmando que o rendimento proveniente da zunga, ainda que modesto, garante parcialmente as necessidades básicas de alimentação, educação e saúde. Esse dado demonstra que a geração de renda pela via do empreendedorismo feminino informal cumpre um papel decisivo na mitigação da fome e da pobreza, validando, portanto, a primeira hipótese.

Contudo, os resultados também apontam que, embora o trabalho das zungueiras seja vital para a sobrevivência doméstica, ele não encontra respaldo institucional. Nenhuma das inquiridas recebeu apoio de órgãos governamentais, associações ou organizações não-governamentais, o que evidencia a invisibilidade social e política desse grupo. Ainda assim, as mulheres expressaram orgulho e determinação em relação ao seu papel, reafirmando o valor simbólico e transformador do seu trabalho. Essa autopercepção positiva, mesmo diante da ausência de políticas de inclusão e protecção, confirma a segunda hipótese, a zunga representa, efectivamente, uma estratégia de resistência económica e social que permite às mulheres afirmarem-se como agentes de transformação e sustentação das suas comunidades.

Portanto, o empreendedorismo feminino informal desenvolvido pelas zungueiras do Lubango é simultaneamente uma resposta à crise de emprego e uma forma de empoderamento colectivo. Apesar das limitações materiais e estruturais, as zungueiras têm contribuído para a manutenção da economia familiar e para a coesão social das comunidades urbanas. Assim, ambas as hipóteses foram validadas, ainda que com a ressalva de que o impacto da zunga permanece condicionado pela falta de reconhecimento estatal e pela carência de políticas públicas que transformem esse esforço individual em desenvolvimento sustentável e partilhado.

Recomendações

Ao Governo, recomenda-se, em primeiro lugar, a criação de programas de microcrédito acessível e formação em gestão de pequenos negócios, voltados especificamente para as mulheres que atuam no sector informal, a fim de transformar a zunga em um verdadeiro instrumento de inclusão económica. Em segundo lugar, torna-se urgente o reconhecimento jurídico e social da actividade das zungueiras, por meio de políticas públicas que assegurem espaços dignos de trabalho, segurança e enquadramento tributário simplificado, permitindo sua integração gradual na economia formal.

Às zungueiras, recomenda-se o fortalecimento de formas associativas e cooperativas, capazes de lhes conferir maior poder de negociação, acesso a recursos e representatividade nas decisões que as afectam. Além disso, é essencial investir na valorização do conhecimento prático e tradicional, combinando-o com capacitações técnicas que ampliem as possibilidades de inovação e sustentabilidade das suas actividades.

Para futuras pesquisas, sugere-se, por um lado, o aprofundamento de estudos longitudinais que acompanhem a evolução económica e social das zungueiras após intervenções governamentais ou associativas. Por outro, propõe-se a análise comparativa entre diferentes províncias angolanas ou países africanos, de modo a compreender as dinâmicas locais do empreendedorismo feminino informal e identificar práticas bem-sucedidas de empoderamento e redução da pobreza.



Referências Bibliográficas

- Amaral, J. (2022). Empreendedorismo e desenvolvimento comunitário em Angola: desafios e oportunidades para as mulheres. *Revista Angolana de Economia e Gestão*, 6(2), 59–76.
- Amorim, J., & Costa, R. (2023). Empreendedorismo e dignidade humana: práticas femininas de resistência económica em contextos de vulnerabilidade. *Revista Lusófona de Estudos Sociais*, 8(2), 55–70.
- Batista, M. (2023). Trabalho informal e empoderamento feminino: dinâmicas socioeconómicas nas cidades africanas. *Revista de Estudos Africanos e Desenvolvimento*, 12(1), 77–94.
- Cangombe, E. (2024). Empreendedorismo feminino e políticas públicas em Angola: avanços e limitações. *Revista Angolana de Políticas Sociais*, 7(1), 66–85.
- Chen, M. (2022). Economia invisível e trabalho informal: perspectivas do Sul Global. *Revista Internacional de Desenvolvimento e Trabalho*, 14(1), 23–40.
- Chilala, P. (2023). Trabalho de rua e identidade feminina em Luanda: um olhar sobre a economia popular. *Revista Angolana de Ciências Humanas*, 10(2), 91–107.
- Chilombo, R. (2023). Mulheres e políticas públicas de empreendedorismo em Luanda: desafios e contradições. *Revista Angolana de Políticas Sociais*, 5(1), 77–93.
- Chivonde, H. (2023). Desigualdade de gênero e empreendedorismo em Angola: estudo de caso nas microempresas femininas. *Revista Angolana de Ciências Económicas*, 8(1), 102–118.
- Costa, V., & Almeida, L. (2021). Trabalho informal e economia de sobrevivência: o protagonismo feminino nas cidades brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23(3), 134–152.
- Dias, R. (2018). Metodologia da pesquisa científica: fundamentos, métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.
- Ferreira, L. (2023). Economia informal e sobrevivência feminina em Benguela: o caso das zungueiras. *Revista Angolana de Estudos Sociais*, 9(2), 67–83.
- Ferreira, P. (2024). Economia solidária e empreendedorismo feminino em Angola: desafios e perspectivas. *Revista Angolana de Desenvolvimento Humano*, 11(1), 41–59.
- GEM Angola. (2024). Relatório Nacional de Empreendedorismo: tendências e desafios do sector informal feminino em Angola. Luanda: Global Entrepreneurship Monitor Angola.
- Hart, K. (1973). Oportunidades de rendimento informal e emprego urbano em Gana. *Revista de Estudos Africanos Contemporâneos*, 11(1), 61–89.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023). Relatório estatístico sobre emprego e economia informal em Angola – 2023. Luanda: INE.
- Kabeer, N. (2023). Empoderamento e desigualdade de gênero nas economias em desenvolvimento. *Revista Internacional de Estudos de Gênero*, 17(2), 88–105.
- Kiggundu, M. (2021). Empreendedorismo feminino africano: perspectivas e práticas emergentes. *Revista Africana de Economia e Gestão*, 5(1), 22–38.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2016). Fundamentos de metodologia científica (8.ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lemos, R., & Nhavoto, E. (2022). Mulheres comerciantes e o quotidiano da sobrevivência urbana em Maputo. *Revista Moçambicana de Estudos Sociais*, 8(1), 97–113.
- Lopes, A. (2023). Economia informal e sustentabilidade feminina nas periferias angolanas. *Revista Angolana de Desenvolvimento Comunitário*, 4(1), 55–72.
- Lopes, M., & Carvalho, E. (2021). Orgulho e resiliência: mulheres ambulantes e a dignidade do trabalho informal no Brasil urbano. *Revista Brasileira de Sociologia do Trabalho*, 23(3), 117–133.
- Machado, I., & Cossa, T. (2022). Mulheres e trabalho de rua em Maputo: entre a sobrevivência e a exclusão. *Revista Moçambicana de Ciências Humanas*, 6(1), 55–70.
- Mabote, A. (2022). Empreendedorismo feminino e pobreza urbana em Maputo. *Revista Moçambicana de Estudos Sociais*, 7(2), 91–107.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.
- Mbala, C. (2022). Mulheres e economia popular: os limites da inclusão social em Angola. *Revista Angolana de Estudos de Desenvolvimento*, 6(2), 84–101.
- Morna, L. (2023). Igualdade de gênero e políticas de empoderamento económico feminino em África. *Revista Pan-Africana de Políticas de Género*, 9(1), 59–78.
- Moser, C. (2021). Pobreza, gênero e economia informal: repensando a sobrevivência urbana. *Revista Internacional de Políticas Sociais*, 12(3), 92–110.
- Muanandeke, F., & João, M. (2022). Feirantes e economia informal no Huambo: gênero, sobrevivência e políticas públicas. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, 8(2), 101–118.
- Muanza, D. (2024). Empreendedorismo e solidariedade feminina em contextos africanos. *Revista Angolana de Ciências Humanas*, 10(1), 55–73.

- Ngueve, M. (2023). Mulheres no comércio informal de Luanda: desafios e perspectivas de inclusão económica. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5(2), 45–60.
- Nhantumbo, S. (2022). Trabalho feminino e resistência urbana em Maputo. *Revista Moçambicana de Ciências Humanas*, 7(2), 88–102.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2022). Relatório global sobre emprego informal e igualdade de gênero. Genebra: OIT.
- Paulo, N. (2023). Mulheres e dignidade no trabalho informal: um olhar sobre as vendedoras de Luanda. *Revista Angolana de Estudos Sociais*, 9(1), 49–64.
- Santos, E. (2023). Mulheres, economia informal e resiliência social em Luanda. *Revista Angolana de Ciências Humanas*, 4(1), 58–74.
- Santos, E., & Domingos, C. (2022). Economia de rua e empreendedorismo feminino em Angola: o caso das zungueiras de Luanda. *Revista Angolana de Estudos Urbanos*, 7(1), 79–96.
- Schumpeter, J. A. (1934). *A teoria do desenvolvimento económico*. Cambridge: Harvard University Press.
- Silva, D., & Nascimento, A. (2021). Trabalho informal e resistência feminina nas cidades brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23(4), 112–129.
- Silva, R., & Moura, J. (2023). Trabalho informal, gênero e desigualdade nas cidades brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(2), 66–82.
- Siteo, A. (2021). Trabalho de rua e sobrevivência feminina em Maputo: desafios da economia invisível. *Revista Moçambicana de Estudos Urbanos*, 6(2), 71–89.
- Tchimbanda, F. (2024). O papel das mulheres na sustentabilidade das economias informais em Angola. *Revista Angolana de Estudos Económicos*, 9(1), 81–98.
- UN Women (ONU Mulheres). (2022). Relatório global sobre o empoderamento económico das mulheres no sector informal. Nova Iorque: ONU Mulheres.

